

Paula Cabrera CLARO²Ariane Carla PEREIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

RESUMO

Mais de 15 mil mulheres foram mortas em condições de violência doméstica em 2018, segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher. O documento ainda revela que mais de 95% dos casos são cometidos por ex-parceiros, maridos ou namorados da vítima. Os dados mostram uma realidade assustadora sobre o que é ser mulher no Brasil. Frente às estatísticas, este artigo aborda dois casos de feminicídios que aconteceram no país: de Eloá Cristina Pimentel, em 2008, e Tatiane Spitzner, em 2018. Ao analisar a cobertura jornalística do Jornal Nacional (Rede Globo) em ambos, pretendemos compreender se há uma perspectiva de gênero nesta cobertura. A década que separa ambos permitirá, ainda, evidenciar se ocorreram ou não, no período, avanços na cobertura de morte de mulheres pelo telejornal.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Telejornalismo; Feminicídio; Cobertura Jornalística; Gênero.

Introdução

Mais de 15 mil mulheres foram assassinadas em situação de violência doméstica em 2018, segundo dados do Mapa da Violência Contra a Mulher⁴. O documento revela ainda que 95,2% dos casos de feminicídio são cometidos por parceiros, ex-companheiros, namorados e maridos das vítimas. Mulheres sendo mortas pela condição de ser mulher.

O número de mulheres mortas nestas circunstâncias fez com que, em 2015, fosse instituída a Lei do Feminicídio, a de número 13.104/2015, que incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Desde sua criação, o registro de mortes de mulheres abarcados pela legislação tem aumentado, sendo registrados 492 casos em 2015, 812 em 2016 e 946 em 2017. Os números de 2018 - citados acima - se referem aos casos noticiados pela mídia, que são, de acordo com as pesquisas capitaneadas pela Comissão

¹Trabalho apresentado no GP de Telejornalismo, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista Capes. E-mail: paulaclaro@gmail.com.

³Jornalista, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro. Integrante da Rede Telejor. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Conversas Latinas em Comunicação. Coordenadora do projeto de extensão “Florescer: a universidade como propulsora de políticas públicas para mulheres”. Diretora Cultural da Intercom. E-mail: ariane_carla@uol.com.br.

⁴Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018. Disponível em https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf. Acesso em 25 de março de 2019.



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
de Defesa dos Direitos da Mulher, responsável pelo Mapa da Violência contra a Mulher 2018, 3,8 vezes superiores aos registrados pela polícia. Isso porque “enquanto a imprensa faz uma categorização prévia (...), os órgãos de segurança pública ainda possuem resistência em categorizar o mesmo crime como homicídio doloso praticado contra a mulher por ‘razões da condição de sexo feminino’ (p.55).

O sentimento de posse do homem em relação ao corpo da mulher não é um problema que vem de hoje, mas que, atualmente, tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação. Entre os casos de 2018, está o da advogada Tatiane Spitzner, jogada do quarto andar do prédio em que morava com o marido, Luís Felipe Manvailier, em Guarapuava. O crime foi noticiado, nacional e internacionalmente, sobretudo após serem divulgadas imagens das câmeras de segurança do edifício, que mostram Tatiane sendo agredida cruelmente pelo marido minutos antes da queda, também registrada pelos dispositivos.

Outro caso emblemático e que teve grande repercussão midiática foi o da estudante Eloá Cristina Pimentel, morta a tiros pelo ex-namorado, Lindemberg Fernandes Alves, em 2008. Antes da efetivação dos disparos, a jovem foi mantida em cárcere privado por 100 horas. A atuação da polícia e a intervenção da mídia no caso são discutidas até hoje.

Semelhanças e divergências estabelecem-se entre os dois crimes. Em 2008 ainda nem se falava sobre feminicídio, já em 2018 o termo ocupou os noticiários e a morte da Tatiane trouxe à tona diversos outros casos ocorridos na época. Falar sobre o assunto é o primeiro passo para evitar que mais mulheres morram nessas condições e saibam distinguir quando estão vivendo relacionamentos abusivos. Apesar de referência na proteção da mulher em termos legislativos, o Brasil ainda apresenta a quinta maior taxa de feminicídios do mundo, sendo necessário, portanto, avançar no combate a violência doméstica e, também, na cobertura e no enquadramento jornalístico dado a esses casos.

Este artigo pretende compreender como casos de mulheres mortas por companheiros são noticiados no Jornal Nacional a partir dos dois casos já mencionados e que consideramos emblemáticos: os feminicídios de Eloá Cristina Pimentel e de Tatiane Spitzner. A década que separa ambos permitirá, ainda, uma segunda análise, buscando evidenciar se ocorreram ou não, no período, avanços na cobertura de morte de mulheres pelo telejornal. Através de materiais produzidos e exibidos sobre os dois



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
casos, buscamos, então, compreender como o Jornal Nacional noticiou as mortes; discutir se houve mudança na abordagem dos feminicídios, a partir dos enquadramentos dados a vítimas e agressores; e debater o papel do jornalismo no combate à violência contra a mulher.

Estudos feministas, gênero e jornalismo

As pesquisas de gênero no âmbito acadêmico são relativamente recentes. Segundo Chaher (2007), os “estudos das mulheres” começou nos Estados Unidos e Europa na década de 1970. Já na América Latina, a chegada foi posterior. De acordo com Lerner (1990), a necessidade da retomada da história das mulheres provoca uma alteração na própria história como a conhecemos. Afinal, esta foi escrita por homens e sobre as experiências masculinas. A autora argumenta que a exclusão das mulheres no processo de construção da história fez com que elas fossem “sistematicamente excluídas do empreendimento da criação de sistemas de símbolos, filosofias, ciência e direito” (p. 4). Segundo Scott, “as pesquisadoras feministas assinalavam desde o início que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (1989, p. 3). A autora acrescenta, ainda, que “a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino” (p. 19).

Foi através das reivindicações das pesquisadoras feministas que o campo de definição de gênero se desenvolve como categoria de análise. Scott afirma que a palavra ‘gênero’ emerge em um momento de efervescência, em um período em que as teorias sociais já formuladas não se preocupavam em definir os sistemas de relações sociais entre os sexos. Isso fez com que as pesquisadoras feministas encontrassem dificuldade em “integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré-existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário” (SCOTT, 1989, p. 19).

O avanço das pesquisas em gênero, principalmente no âmbito das ciências sociais, fez com que a discussão para um jornalismo em perspectiva de gênero ganhasse corpo, ainda que recentemente. Jornalistas e pesquisadoras como Chaher e Santoro dedicaram-se a contribuir para as reflexões acerca das representações sociais da mulher na mídia e a atuação do jornalista na (des)construção dos estereótipos de gênero.



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
Reflexões sobre linguagem não-sexista no jornalismo e preocupação com a escolha de fontes são temas presentes nas pesquisas das autoras.

Santoro (2007) defende que, para fazermos um jornalismo não-sexista, devemos acrescentar a dimensão de gênero aos critérios de noticiabilidade. A autora também reitera a importância do cuidado com as fontes, pois “se as oficiais reproduzem o imaginário sexista reinante, devemos buscar por outro lado” (2007, p. 140, *tradução das autoras*). Além disso, ela recomenda a utilização como fontes oficiais “estatísticas, ONGs e organizações sociais de mulheres, centros de documentação e apoio ao estudo de mulheres e LGBTs, especialistas com enfoque de gênero e protagonistas (como vítimas ou testemunhas)” (2007, p. 140, *tradução das autoras*).

Já a linguagem, quando utilizada com enfoque de gênero, pode ser mais inclusiva com as mulheres. O sexismo está enraizado na nossa comunicação e vocabulário, e tornou-se tão comum que, muitas vezes, passa despercebido. Consequentemente, expressões misóginas são frequentes nos meios de comunicação. Santoro afirma que a linguagem “não é neutra e reflete a relação entre os sexos na sociedade e a posição das mulheres nessa relação” (2007, p. 141, *tradução das autoras*).

De acordo com o Monitoramento Global do Meios⁵, realizado pela World Association for Christian Communication (WACC), em 1995, as mulheres correspondiam a apenas 17% das pessoas entrevistadas ou assunto da notícia. Vinte anos depois, o mesmo monitoramento aponta que presença feminina continua sendo minoritária em todos os aspectos, com o índice de 29%. Pouca diferença para um período tão longo. A WACC divulga relatórios sobre a presença feminina nos meios a cada cinco anos, sendo o mais atual o de 2015. O último relatório evidencia que as mulheres em notícias são constantemente vinculadas a estereótipos, como objeto sexual, dona de casa, fraca, “recorrendo geralmente a atributos emocionais ou físicos, e não aos intelectuais ou referentes a seu pensamento e opinião” (2015, p. 6). Além disso, em pautas sobre violência sexual e feminicídio, a abordagem “ainda é fraca e majoritariamente sensacionalista, construída principalmente nas seções policiais sem uma perspectiva de gênero” (WACC, 2015, p. 6). O documento mostra que, em muitos casos, fontes oficiais ou vozes de especialistas não são procuradas. Além da violência

⁵Dados referentes ao monitoramento de países da América Latina.



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
ser justificada pela atitude ou roupas da vítima e o problema não ser aprofundando, por exemplo ao não trazer estatísticas sobre sua recorrência.

Além da mudança no fazer jornalístico, há também a preocupação com a forma como a mulher é representada pelos meios de comunicação. Para Chaheer (2007), o tradicional de mulher que se reflete na mídia é ligado, principalmente, à esfera privada e quando – e se – ocupa os espaços públicos de prestígio (trabalho, política ou ciência), não tem voz de autoridade. Logo, “as mulheres começaram a se perguntar se era possível que os meios refletissem suas vidas tal como eram na medida em que elas não eram produtoras das notícias” (2007, p. 96, *tradução das autoras*).

O Brasil, apesar de carecer em pesquisas que abordem essas discussões, se aproxima da realidade de outros países latino-americanos, como Argentina e Chile, que têm avançado nas pesquisas de jornalismo em uma perspectiva de gênero. Os meios de comunicação brasileiros, muitas vezes, sustentam uma visão irrealista das mulheres, feita através de uma perspectiva masculina e dominante. A perspectiva de gênero vem a contrapor estes posicionamentos que reforçam a subordinação feminina.

Método

O telejornalismo possui particularidades quando comparado a outros formatos jornalísticos. Sua linguagem envolve a visão, a audição e a fala. Seja na televisão ou na internet, a produção jornalística audiovisual se aproxima do público e o cativa facilmente. Coutinho (2018) constatou a necessidade de um método para analisar especificamente produções telejornalísticas e suas adaptações para o consumo em diferentes suportes, ou seja, considerando a experiência em multi-telas que vivenciamos atualmente. A autora propõe, assim, a Análise da Materialidade Audiovisual a fim de preencher as lacunas existentes nos modos de estudar e compreender o telejornalismo. Ao estudar o telejornalismo, composto por texto-imagem-som-tempo-edição, o pesquisador deve considerar “sua dimensão audiovisual como unidade”, pois, analisar somente o componente verbal descaracterizaria “sua forma de enunciação/produção de sentido, distanciando-se de sua experiência de consumo e mesmo de sua verdade intrínseca” (COUTINHO, 2018, p. 187). A Análise da Materialidade Audiovisual permite esta abordagem ao considerar o processo de produção e edição para o entendimento da notícia.



Evidenciando a capacidade do (tele)jornalismo provocar emoções em seu público, podemos trazer outro conceito proposto por Coutinho: a dramaturgia do telejornalismo. A notícia não somente informa, como também gera comoção, indignação, afeição ou fúria em quem a recebe. Muitas vezes, o telespectador acompanha a narrativa dos fatos como uma espécie de novela. Esse fenômeno ocorre pois o jornalista se apropria de uma dramaturgia própria, já conhecida pelos telespectadores, e utiliza de suas ferramentas ao contar a notícia, assim, os telespectadores assistem “a realidade na forma de um drama cotidiano” (2018, p. 179).

A dramaturgia no telejornalismo é construída através de alguns critérios de análise. Como a identificação da existência do conflito narrativo e dos personagens, o percurso narrativo, o uso de entrevistas e edições de sonoras, a identificação de vozes que compõem o telejornal e as marcas de linguagem do telejornal, como ritmo de edição, frequência e forma de utilizar *offs*, passagens e entrevistas (p. 180-181). Coutinho ainda ressalta que, nesta fase preliminar da análise, é importante “o estabelecimento dos eixos e itens/categorias de avaliação”. Estes eixos podem ser construídos por meio de perguntas ao objeto.

O nosso objeto de análise, que são os materiais veiculados ao JN sobre os casos de feminicídios de Eloá e Tatiane, nos permite, para além da análise da materialidade audiovisual, utilizar a perspectiva foucaultiana como método. Pereira (2018) propõe a utilização do método foucaultiano conhecido como diagnóstico do presente para o estudo do telejornalismo. Ou seja, buscar “identificar os movimentos, as forças que atravessam o hoje, o conjunto de coisas que constituem a trama da nossa vida cotidiana” a fim de questionar as relações sociais e de poder presentes não somente na nossa sociedade, como também no telejornalismo. Ainda, segundo Pereira, esse exercício é o de realização de uma “ontologia da atualidade”, isto é, de “fazer aparecer o que está tão próximo, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não percebermos. Fazer ver o que vemos” (FOUCAULT, 2010, p. 44).

Para tal análise, utilizaremos os conceitos propostos por Coutinho, da análise da materialidade audiovisual vinculada aos da dramaturgia do telejornalismo, e mesclaremos com os conceitos foucaultianos na pesquisa em telejornalismo, proposto por Pereira. Para isso, fizemos a seleção do material - que corresponde aos VTs, NCs e *links* do Jornal Nacional que foram exibidos na semana do sequestro e assassinato de



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
Eloá e a semana do assassinato de Tatiane. Para a construção dos eixos de avaliação consideramos ainda a perspectiva de gênero. Por fim, determinamos os seguintes critérios para compor nossa ficha de análise (vide Tabela 1):

Tabela 1. Ficha de análise

Eixo	Categorias de análise
Dramaturgia do Telejornalismo	- Personagens (quem e quais papéis eles assumem na composição da notícia); - Percurso narrativo (se há tramas de vilão/mocinho, um roteiro-chave); - Vozes que compõem o telejornal (fontes utilizadas e participação delas na narrativa).
Jornalismo com perspectiva de gênero	- Políticas públicas (dados de violência contra a mulher ou leis que a amparam aparecem na notícia?); - Equilíbrio de fontes (as fontes oficiais são homens ou mulheres?); - Linguagem (é utilizada uma linguagem sexista? Há culpabilização da vítima?; Há romantização do crime?)

Fonte: as autoras

Dramaturgia e jornalismo na cobertura de dois casos de feminicídio

O sequestro de Eloá Cristina foi pautado pelo JN pela primeira vez em 15 de outubro de 2008. O apresentador William Bonner anuncia que a jovem está sendo mantida em cárcere privado pelo ex-namorado há 55 horas, em Santo André, na região do ABC Paulista. O VT, com duração de 2'03", começa de forma dramática. Eloá joga uma sacola pela janela, enquanto o repórter narra:

Off 1) Pelas janelas do apartamento, Eloá se comunica com o mundo. Hoje, ela jogou dois sacos com potes vazios para a polícia colocar comida. Depois puxou o embrulho com uma corda feita de lençóis. Nesse momento, estava abalada, chorando e pediu calma à mãe. À tarde, apareceu atrás do vitró. Mesmo local onde Lindemberg Fernandes Alves, o sequestrador, fez o sinal de positivo. Ele mantém a ex-namorada refém por mais de cinquenta horas.

A cena de Eloá utilizando a corda de lençóis para alcançar os potes de comida é utilizada antes mesmo da notícia central ser proferida pelo repórter. Ela remete a um elemento também presente em fábulas e contos de fadas: os lençóis utilizados como cordas para que a princesa, presa na torre, entre em contato com o mundo externo. A ênfase dada a essa cena é um exemplo claro da dramaturgia do telejornalismo presente na narrativa da notícia. O repórter utiliza dos artifícios do drama, seja para prender a atenção do telespectador, seja para seduzi-lo a acompanhar os próximos “capítulos”, no caso, a continuação da cobertura jornalística através das telas.

A narrativa da cobertura do caso de Eloá pelo JN tem como personagens Eloá,



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
figura central da narrativa; Lindemberg, o agressor; Nayara, a amiga da vítima; o promotor, que conversou com Lindemberg durante as negociações; os policiais; e os jornalistas. A atuação da polícia e da imprensa têm grande participação no rumo dos acontecimentos, o que será explicado posteriormente. Após o sequestro, outros dois personagens colaboram para a investigação do crime e, conseqüentemente, para a notícia: o perito independente, Ricardo Molina, e o ex capitão do Batalhão de Operação Especiais do Rio de Janeiro, Rodrigo Pimentel. Coutinho (2003) afirma que os personagens desempenham papéis nos VTs ao seguirem uma espécie de roteiro que “guarda semelhanças com a narrativa dramática clássica”. A autora também fala em categorias desses personagens ou “tipos de personagens-padrão”, como “mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de ‘musa’ ou troféu em disputa” (COUTINHO, 2003, p. 149).

Estes personagens, muito além de fontes, são ferramentas para o repórter contar a notícia para o público. O repórter utiliza desses estereótipos para exemplificar os fatos e para que o próprio telespectador possa ver na narrativa características que ele já conhece, muitas vezes, “emprestadas” da ficção. Nestes casos de feminicídio, esses papéis, principalmente o de vilão e o de vítima são nítidos. Nas edições referentes a Eloá, outra figura, além do ex-namorado e agressor, pode ser atribuída ao papel de vilão. Nas duas últimas edições analisadas – veiculadas nos dias 18 e 21 de outubro de 2008 – a contestação da ação policial toma conta do noticiário. Os erros policiais são tão evidenciados quanto (ou mais) que os erros do próprio Lindemberg. Nas categorias de Coutinho, podemos colocar os policiais como vilões implícitos da narrativa. Na edição do dia 17 de outubro de 2008, o comandante do Gate (não identificado nominalmente), afirma que a polícia invadiu o apartamento somente após ouvir os disparos de Lindemberg. Entretanto, câmeras da equipe Globo captam o exato momento em que ocorreram os disparos e a invasão policial. O áudio dessas imagens foi o que comprovou, de fato, que a polícia invadiu o apartamento antes de Lindemberg atirar na direção das adolescentes. A invasão dos policiais, se fosse estratégica, poderia salvar a vida de Eloá.

Essas imagens não só mudam o rumo da investigação, como também são um exemplo de como o jornalismo e o jornalista podem interferir no decorrer dos fatos, e não somente noticiá-los. O jornalismo pauta a própria investigação policial no caso de



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
Eloá e, conseqüentemente, se torna parte atuante da notícia. A última edição do JN disponível no Memória Globo sobre o caso, no dia 21 de outubro de 2008, tem como foco justamente essa cobertura jornalística durante o sequestro.

Off 1) Uma câmera posicionada na entrada da escola pública em Santo André, transformada em base de operações da PM durante o sequestro. Nosso equipamento está transmitindo imagem e som em tempo real e sem interrupções. Os sinais são captados na sede da TV Globo, em São Paulo. Tudo está pronto para que entremos no ar, em caso de urgência, no plantão do Jornal Nacional e, também, nas tardes nas nossas reportagens. São quase seis horas da tarde da sexta-feira. Lindemberg tinha desistido de soltar as reféns e se entregar. Os repórteres se preparam para uma entrevista coletiva.

Abre áudio policial não identificado) Em princípio só o promotor e o advogado. Vou pedir só mais um minutinho para gente ajustar melhor o espaço e ficar mais confortável aqui.

Off 2) Nosso cinegrafista aponta a câmera para o fim da rua. Um quarteirão e meio separa este ponto, onde está nosso equipamento, do prédio onde fica o apartamento de Eloá - o penúltimo bloco, do lado esquerdo. Às seis e seis, o policial volta para organizar os jornalistas.

Abre áudio policial não identificado). Por favor, nós precisamos de uma gentileza. Recuar pelo menos um metro e meio para facilitar o trabalho. Por favor, devargazinho. Com calma, por favor.

Off 3) Os repórteres conversam entre si. Os policiais parecem tranquilos. Quando, de repente...

Abre áudio do barulho da explosão (quando policiais invadem o apartamento)

Os três primeiros *offs* do jornalista não falam sobre o caso em si, mas sobre a própria cobertura feita pela emissora. Ou seja, o jornalista intervém e faz parte do conflito narrativo. Colocando a emissora também como um personagem da notícia. Esta não é a primeira vez em que a Rede Globo se coloca, indiretamente, nessa posição. Coutinho (2003) afirma que a emissora surge como personagem da narrativa em 18,33% dos VTs do Jornal Nacional, caracterizando, principalmente, os papéis de mocinhos e heróis com predomínio nas editorias de Justiça/Polícia e Cotidiano. Ela assume, ora o papel de “heroína destemida ou aventureira, capaz de enfrentar risco e dificuldades para aproximar as lentes/olhos dos telespectadores”, ora de “expert, disposta a descobrir os culpados e desmascarar tramas” (2003, p. 153-154). É válido ressaltar que, aqui, este papel não é condenado, tampouco exaltado, apenas evidenciado como uma característica da produção de notícia feita pela emissora.

O conflito narrativo começa ainda no estúdio, quando o apresentador faz uma breve introdução, chamando o telespectador para o VT. Este irá introduzir o percurso narrativo. Esse percurso, segue uma ordem, nem sempre cronológica, proposta pelo



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
próprio telejornal, que dá ênfase a algumas informações em detrimento de outras, o que Coutinho chama de hierarquização das informações. “Como texto que se organiza no tempo, o noticiário televisivo é analisado levando em conta a hierarquização das informações e a lógica de encadeamento da mensagem de cada matéria ou reportagem veiculada” (COUTINHO, 2003, p. 115). Um exemplo dessa construção está presente no VT do dia 18 de outubro de 2008:

Cabeça) O Jornal Nacional ouviu um perito independente e um ex policial para remontar os passos da polícia no momento decisivo da intervenção no apartamento em que as duas jovens eram mantidas reféns. Veja na reportagem de César Tralli.

Off 1) Não era para terminar assim. Até o meio da tarde, a negociação ia bem. As duas reféns apareceram na janela. Por telefone, o sequestrador conversou com o promotor que, a pedido dele, estava no prédio.

As vozes que compõem o telejornal, nem sempre identificadas, também contribuem para a narrativa. Diferente dos personagens, que não precisam necessariamente estar presentes em sonoras (como Eloá e Nayara), os entrevistados, normalmente representam uma parcela do público. Ele não é fonte oficial (como polícia e promotores), mas também faz parte da narrativa. Nos VTs sobre o caso de Eloá, essas vozes não são tão presentes como no caso de Tatiane. Eles são secundários para a narrativa, mas tem como função representar um determinado grupo ou parcela da população.

Em casos de feminicídio, essas vozes são pessoas comuns, que não têm vínculo afetivo com a vítima, mas que comentam o choque que o acontecimento causou. Esses depoimentos, além do impacto, são capazes de criar repulsa, piedade ou “aguçar as emoções dos telespectadores” (COUTINHO, 2003, p. 159). Um exemplo dessa figura, no caso de Eloá, está na edição do dia 15 de outubro de 2008:

Sonora amiga de Eloá não identificada). Só falta ele soltar ela para melhorar para todo mundo, né? Todo mundo parar com essa preocupação, principalmente, para os pais dela né, que devem estar no mó desespero. Triste por causa disso que tá acontecendo.

A entrevista dada pela jovem mostra que não há uma grande proximidade com Eloá. Ela não demonstra desespero, mas exemplifica o sentimento de conhecidos da vítima e da população em geral. Mesmo expressa em poucos segundos, a fala cumpre



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
um papel importante na notícia. Afinal, como “seria impossível ouvir todos os brasileiros em um programa diário”, determinadas falas atuam como representações do todo (COUTINHO, 2003, p. 158).

Diferente de Eloá, a primeira edição do JN em que Tatiane é mencionada, de 23 de julho de 2018, já noticia a morte da advogada. Em um VT, com duração de 02'10”, a repórter Malu Mazza conta que o corpo de Tatiane Spitzner foi encontrado no apartamento em que ela morava com o marido, Luís Felipe Manvailier, em Guarapuava. Nesta edição, também já se sabe que Tatiane caiu do quarto andar do prédio e foi arrastada da calçada para o apartamento.

Depoimentos dados à polícia sugerem que Tatiane e Luís Felipe viviam uma relação conturbada, com fortes indícios de relacionamento abusivo. Tatiane possivelmente estava presa em um ciclo de violência doméstica, tal como definido por Lenore Walker, que cunhou o termo que mostra a armadilha dos relacionamentos abusivos. A teoria descrita pela autora americana é composta por três fases: a acumulação de tensão, a explosão e a lua-de-mel⁶.

Os personagens, nas edições de 23 de julho a 03 de agosto de 2018, são Tatiane; Luís Felipe; o delegado Bruno Maciozek; a promotora Dúnia Rampazzo; os advogados de defesa de Luís Felipe; o advogado da família de Tatiane; e vizinhos. Estes são os que aparecem com maior frequência no telejornal. São personagens também, mesmo sem aparecer em entrevistas, a família de Tatiane; o irmão de Luís Felipe; e a investigação policial, já que os depoimentos transcritos no inquérito pautam grande parte da narrativa. Os depoimentos dados durante o inquérito policial têm grande presença nos textos dos repórteres na cobertura do caso. Familiares e amigos de Tatiane não aparecerem como fontes diretas, ou seja, em entrevistas. Esses depoimentos são responsáveis pela reconstituição do relacionamento do casal, do comportamento de Luís Felipe e das características de Tatiane. É por meio deles que as primeiras evidências de que Luís Felipe é o culpado pela morte de Tatiane são levantadas. Ao todo, foram 18 depoimentos dados à polícia, destes, três são citados no telejornal – todos eram vizinhos de Tatiane e Luís Felipe.

⁶ Panorama da Violência contra as mulheres no Brasil de 2018 explica que o ciclo da violência começa durante a fase de acumulação da tensão, quando acontecem desde agressões verbais, provocações e discussões até agressões leves. A tensão aumenta até fugir do controle, em ataques de fúrias que culminam em agressões físicas mais graves (a explosão). Após o incidente, ocorre a fase da lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento amoroso e gentil.



Coutinho (2003) cria classificações para os tipos de entrevistado, que podem ser divididos em oito grupos: “da iniciativa privada; de órgãos públicos e judiciário; sindicalistas; do show-business e/ou astros do esporte; internacionais; autoridades políticas; populares e experts” (2003, p. 160). Os entrevistados que não possuem vínculo afetivo com Tatiane ocupam o grupo ‘populares’. Eles assumem o mesmo papel de uma amiga de Eloá, quando esta comenta o sequestro numa reportagem do JN. São importantes para a narrativa, mas também podem ser substituídos facilmente. São pessoas comuns que representam o espanto de toda a população em relação ao que ocorreu com Tatiane. No VT do dia 28 de julho de 2018, este é um recurso utilizado. Na edição do dia 30 de julho, somente o advogado de Luís Felipe aparece como entrevistado. Outras fontes utilizadas só estão presentes na voz dos repórteres ao noticiar os depoimentos prestados à polícia. A defesa de Luís Felipe também aparece em nota pé nas edições dos dias 26, 28 e 31 de julho e 03 de agosto. Somente no dia 26 de julho o advogado da família de Tatiane aparece como entrevistado no JN.

O laudo referente a causa mortis de Tatiane, feito pela perícia criminal, foi divulgado na edição do dia 31 de julho de 2018 e afirma que o corpo da advogada apresentava evidências claras de esganadura. No mesmo dia, Luís Felipe é indiciado por homicídio qualificado por motivo torpe e meio cruel. A última edição que trata das investigações da morte de Tatiane analisada, veiculada no dia três de agosto de 2018, é marcada pela exibição de cenas chocantes das agressões vividas por Tatiane minutos antes da morte. Em um VT com duração de 06'52”, a repórter Malu Mazza mostra a sequência das câmeras de segurança, que revelam chutes e pontapés por parte de Luís Felipe. Mostram, ainda, as tentativas frustradas de Tatiane fugir do agressor.

As fotografias de Tatiane, que exibiam o sorriso da advogada, até então utilizadas nos VTs quando ela era citada, são substituídas pelas cenas da agressão, da tentativa de fuga e do desespero. Elas são mostradas na íntegra, sendo retiradas somente as imagens da queda e acrescidas de tarjas no momento em que o corpo sem vida de Tatiane está sendo carregado por Luís Felipe. Mesmo com provas indiscutíveis da agressão, Luís Felipe segue negando a autoria do crime. Essas imagens, com divulgação autorizada pela família, os depoimentos e o laudo da perícia criminal não deixam dúvidas de que Tatiane não se jogou da sacada.



A perspectiva de gênero no Jornal Nacional

Em diálogo com a perspectiva foucaultiana, é possível observar as relações de poder, “tanto no telejornalismo quanto no que culturalmente convencionou-se a relacionar ao feminino e ao masculino” (PEREIRA, 2018, p. 244). Com o diagnóstico do presente buscamos entender o que está tão próximo do nosso olhar, que acaba sendo naturalizado. Isso ocorre com as relações de gênero, em que os papéis atribuídos às mulheres – como a responsabilidade com o lar, com os filhos e marido – são tão culturalmente aceitos, que passam a ser atribuídas como algo da natureza das mulheres. Logo, o diagnosticador do presente, “por meio do pequeno gesto que consiste em deslocar o olhar, ele torna visível o que é visível, faz aparecer o que está tão próximo, tão intimamente ligado a nós que, por isso mesmo, não o vemos” (FOUCAULT, 2011, p.246). Essa visão também se aplica a violência de gênero. Quando é noticiado que uma mulher foi agredida pelo marido, ex-marido ou namorado, a maioria das pessoas não se espanta ou surpreende, pois vemos casos como esses cotidianamente. A perspectiva de gênero no jornalismo visa, justamente, alterar essa realidade ao ampliar a discussão sobre a violência contra a mulher e sobre o feminicídio.

Sendo o telejornal uma “superfície de emergência (...) para as práticas discursivas de produção e de circulação de sentidos em nossa sociedade” (PEREIRA, 2018, p. 2), ele corrobora para que a violência de gênero não seja vista com a amplitude que necessita, na medida em que os textos não trazem informações como os números de feminicídios no Brasil. Esses dados e a utilização de um jornalismo que não seja somente não-sexista, mas que também tenha uma perspectiva de gênero, são necessários para provocar alterações em como a população enxerga essa violência.

Assim como a violência contra a mulher não recebe a ênfase necessária no JN, o mesmo ocorre para as políticas públicas para mulheres. Não há menções a amparos legislativos que as mulheres devem receber em situação de violência em nenhum dos casos. É dentro da própria casa que diversas Eloás e Tatianes perdem o seu direito a vida. Pensando nesses casos – que são muito mais frequentes que os noticiados – que políticas públicas para mulheres devem não somente serem feitas, mas aplicadas, efetivadas e divulgadas. Nesse sentido, o jornalismo é uma ferramenta para dar a conhecer a existência dessas leis e quem elas podem (e devem) beneficiar/proteger.

Nas edições analisadas sobre Eloá, não há nenhuma menção a políticas públicas



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020 para mulheres. Apesar da Lei do Feminicídio não estar em vigor no Brasil na época, em 2008, a Lei Maria da Penha existia há dois anos. Em nenhum momento é falado se Eloá já sofria ameaças ou não do ex-namorado. Já no caso de Tatiane, desde a primeira edição, é levantada a hipótese de que a morte da advogada seja um feminicídio. Das oito edições analisadas, em três o termo é utilizado. Nos dias 23 e 24 de julho de 2018, a passagem da repórter Malu Mazza cita que Luís Felipe está sendo investigado por suspeita de feminicídio. No dia 31 de julho, o termo está presente em um off e na sonora da promotora Dúnia Rampazzo. Apesar de nomearem o crime desde o início, nenhuma das edições do JN trouxe mais informações sobre a Lei do Feminicídio (além da pena). O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo, com uma carência desproporcional de delegacias da Mulher e casas-abrigo. Além dessas informações não serem apresentadas ao público, também não há indicações de formas sobre como sair de um ciclo de violência, como reconhecer um relacionamento abusivo – o caso de Tatiane poderia ser um gancho para uma matéria – ou o que fazer se conhece alguém que está em um. Essas informações, para além de um jornalismo com perspectiva de gênero, é também um jornalismo de serviço.

Em relação à linguagem, em nenhum dos casos é utilizada uma linguagem sexista, de culpabilização da vítima ou romantização do crime. Isso evidencia uma boa prática por parte do telejornal mais assistido da TV aberta. Os textos não perpetuam chavões e expressões misóginas, que ainda são vistas facilmente em outros meios de comunicação. No caso de Tatiane, que é mais recente, ainda encontram-se expressões como relacionamento abusivo, violência de gênero e opressão. Através das sonoras da promotora Dúnia Rampazzo, há uma pequena aproximação com a perspectiva de gênero. São termos usuais em discussões feministas e que, provavelmente, não são habituais para todos os telespectadores. A presença de uma fonte oficial feminina já demonstra alguns avanços quando comparamos ao caso de Eloá, em que não há nenhuma mulher como fonte oficial. Porém, as fontes masculinas e femininas ainda estão em desequilíbrio no JN. Das dez que compõem a narrativa do caso de Tatiane, apenas duas são mulheres. A promotora Dúnia e uma mulher não identificada, que aparece em poucos segundos. No caso de Eloá, em que as fontes caem para somente cinco em todas as matérias, apenas uma é mulher. Esta, apresentada pelo repórter como amiga de Eloá, apresenta o mesmo papel da mulher não identificada no caso de Tatiane,



43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020 de pouca (quase nula) participação. Dez anos se passam e a grande maioria das fontes, oficiais ou não, continuam sendo masculinas. A violência contra a mulher, sem dúvidas, não diz respeito somente às mulheres, mas envolve prioritariamente a vida das mulheres. Se nestes casos ainda somos minoria, nas pautas “masculinas” - como política, economia e esporte - os números também não devem ser tão otimistas.

Considerações

A cobertura jornalística dos casos de feminicídio de Eloá e Tatiane pelo Jornal Nacional permite a reflexão e a análise de diversos aspectos. Sendo, o principal deles, a violência doméstica no Brasil e os altos índices de feminicídio. Hoje, fala-se muito mais sobre a morte de mulheres por razões de gênero do que em 2008, quando Eloá foi morta pelo ex-namorado. A existência da Lei do Feminicídio na legislação brasileira é a maior diferença que há entre os dois casos.

A partir das análises do telejornal, podemos perceber que a dúvida central deste artigo, de que se há, de fato, mudanças com o passar dos dez anos, pode ser respondida que sim. A Lei do Feminicídio, instaurada em 2015, é o que provoca as mudanças mais evidentes na cobertura jornalística. A morte de Eloá não é nomeada, não se fala em violência de gênero; já no caso de Tatiane, mesmo com a recusa do agressor em confessar o assassinato, é possível desde a primeira edição nomearmos o crime: é feminicídio.

Para além da análise da cobertura midiática, de suas linguagens, fontes e modos de fazer (tele)jornalismo, estamos falando de mulheres. Mulheres que tiveram suas vidas tiradas de formas brutais. Refletir sobre as práticas jornalísticas na cobertura de casos de feminicídios é, também, falar sobre como os jornalistas propõem a reflexão desses temas para a sociedade, como mostram (ou não) alternativas e formas de evitar que tantos feminicídios continuem acontecendo dia após dia. É evidenciar a importância do profissional da imprensa como peça atuante do combate à violência de gênero.

Referências

ASOCIACIÓN MUNDIAL PARA LA COMUNICACIÓN CRISTIANA. *¿Quién figura en las noticias? Informe sobre el Proyecto de Monitoreo Global de Medios*. España: WACC, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mapa da Violência contra a Mulher 2018*. Brasília: 2018. Disponível em https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-mulher-compactado.pdf. Acesso em 25 de mar de 2019

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual – da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: EMERIN, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER,



INTERCOM Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020
Cristiane (Orgs.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2018, p. 175-193.

_____. Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV. Tese de Doutorado. *Doutorado em Comunicação Social*. Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2003.

PEREIRA, Ariane. Por um telejornalismo mais plural e igual. Propostas de abordagem em uma perspectiva de gênero. In: EMERIN, Cárilda; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (Orgs.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular. 2018, p. 239-261.

_____. Discurso e dispositivo: o emprego de conceitos foucaultianos como abordagem e método da pesquisa em Telejornalismo. *Anais SBPJor*. São Paulo: SBPJor, 2018.

CHAHER, Sandra. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – Introducción a un periodismo com perspectiva de género* (Orgs.). Buenos Aires: Artemisa, 2007, p. 95-110.

INSTITUTO JALISCIENSE DE LAS MUJERES. *Guía Sobre Las Buenas Prácticas de Comunicación Y Género: Para el personal de las áreas de comunicación social del gobierno del estado de Jalisco*. 2014. Disponível em https://www.jalisco.gob.mx/sites/default/files/GUIA%20DE%20BUENAS%20PRACTICAS%20PARA%20CS_2014.pdf. Acesso em 08 de jun de 2019.

LERNER, Gerda; *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica, 1990.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – Introducción a un periodismo com perspectiva de género* (Orgs.). Buenos Aires: Artemisa, 2007, p. 137-152.

_____. Recomendaciones para el tratamiento de temas de violencia, niñez y deporte. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – Introducción a un periodismo com perspectiva de género* (Orgs.). Buenos Aires: Artemisa, 2007, p. 153-172.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre., n. 16, 1990, p.5-22.

SENADO FEDERAL. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil* [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016, n. 1.